

Compõe-se das seguintes pessoas: MÁRIO DE BRITO, LOURIVAL FONTES, LOURENÇO FILHO, M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, LEITE DE CASTRO, CELSO KELLY, JÔNATAS SERRANO, VENÂNCIO FILHO, ARTUR TORRES FILHO, ANA AMÉLIA DE QUEIROZ CARNEIRO DE MENDONÇA, RAFAEL XAVIER, BENEDITO SILVA, RAJA GABAGLIA, BELO LISBOA, PLÍNIO OLINTO, JOSÉ AUGUSTO CLOTILDE MATA, RUTE GOUVEIA e JURACÍ SILVEIRA, desta capital; VENERANDO DE FREITAS, CÂMARA FILHO, VASCO DOS REIS, CARLOS DE FARIA, SEGISMUNDO MELO e BALDUÍNO SANTA CRUZ, de Goiás; e TOMAZ NEWLANDS NETO, Secretário Geral.

Estiveram presentes à instalação os membros da Secretaria da A. B. E., do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Foi eleito Presidente o Sr. MÁRIO DE BRITO, também Presidente da Associação Brasileira de Educação.

Ficou deliberado que a Comissão de Honra do Congresso ficará constituída do Presidente da República, chefe do Governo de Goiás e Ministros de Estado.

Da Comissão Patrocinadora Nacional farão parte o Presidente do I. B.

G. E., os Chefes dos governos regionais, altas autoridades do ensino civil e militar e outras figuras.

O apêlo dirigido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encontrou o melhor acolhimento em todo o país, tendo recebido a adesão de quase todos os Chefes dos governos estaduais e entidades econômicas e culturais do país.

O Sr. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal em Goiás, sob cujo alto patrocínio se realizará, de 18 a 28 de Junho, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, e se reunirão durante êsse período e no curso do mês de Julho, os demais certâmenes culturais e cívicos, vem acompanhando com interesse as providências encaminhadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística destinadas a assegurar o máximo brilhantismo à inauguração oficial da nova metrópole, solenidade que terá lugar no dia 5 de Junho.

A investidura definitiva de Goiânia nos foros de capital far-se-á, assim, com o testemunho e a solidariedade de brilhantes representações de tôdas as Unidades da Federação, de expressões da atividade nacional nos domínios da economia, da inteligência e da administração pública.

APOSENTADORIA DO ENG^o DULFE PINHEIRO MACHADO

O recente e voluntário afastamento do Eng^o DULFE PINHEIRO MACHADO das elevadas funções públicas que vinha exercendo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio veio privar o Conselho Nacional de Geografia da colaboração eficiente de um dos seus mais dedicados membros. Como representante daquele Ministério, junto ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, a contar de Junho de 1937 até Janeiro de 1942, quando deixou as elevadas funções de Ministro interino daquela importante pasta, o Eng^o DULFE PINHEIRO MACHADO prestou marcantes serviços à geografia nacional ao concorrer com a sua proveitosa e esclarecida atuação para a resolução de todos os problemas que foram presente àquele órgão.

Em reunião efetuada a 19 de Janeiro último, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, ao dar posse ao Sr. PÉRICLES DE FARIA MELO CARVALHO, designado para representar o Ministério do Trabalho em substituição ao Eng^o PINHEIRO MACHADO, tributo a êste um expressivo voto de simpatia e consideração. O Eng^o CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO ao propor êsse voto, que recebeu consagração unânime dos presentes exaltou a dedicada e in-

teligente atuação do homenageado nos trabalhos da casa.

Ultimamente o Eng^o DULFE PINHEIRO MACHADO estava exercendo, interinamente, o alto cargo de Ministro de Estado, pôsto que foi o ápice da sua brilhante carreira funcional. Ao deixar essas funções, no momento em que passou o exercício ao novo Ministro nomeado, fez êle um discurso que vale um importante documento da mais alta significação, visto se encontrar nele as etapas principais da sua vida pública. Foi o seguinte o discurso do Eng^o DULFE PINHEIRO MACHADO:

“Senhor Ministro. Quando, por alta complacência do Senhor Presidente da República, assumi a direção provisória dos negócios dêste Ministério, não tive a pretensão de substituir os grandes nomes, que ocuparam a Pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, estadistas com o espirito já enriquecido no trato dos problemas sociais e que emprestaram à administração do país o brilho de sua inteligência e o fulgor de seu saber.

De fato, tinha eu a mais viva noção e a medida exata das responsabilidades que derivariam do honroso man-

dato, que me acabava de ser conferido, espontaneamente, pelo eminente Chefe da Nação e de isso porque, há mais de 26 anos, eu me dedico ao estudo das questões trabalhistas e da previdência social, havendo, também, colaborado no projeto do decreto de 12 de Março de 1919, que regulamentou a primeira lei de acidentes do trabalho, tendo exercido as funções de Membro do Conselho Nacional do Trabalho, de 1923 a 1929, colaborado, em 1925, no regulamento da lei de férias, além de tomar parte nos trabalhos de organização deste Ministério, em 1930, e em vários projetos de decretos sobre aquelas questões.

Muito antes, porém, isto é, em Fevereiro de 1915, eu havia proposto ao saudoso Ministro da Agricultura, Dr. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS, a criação do Departamento do Trabalho, segundo se divulgou largamente, naquela época, proposta essa que, mais tarde, teve repercussão no Congresso Nacional, cristalizando-se na lei número 3 550, de 16 de Outubro de 1918.

Apresentei, nesse mesmo ano, ao Governo o projeto de regulamentação dessa lei, só três anos mais tarde mandada divulgar pelo *Diário Oficial* de 23 de Junho de 1921, para receber sugestões.

Nessa fase embrionária da legislação trabalhista brasileira, eu entendia que ao Departamento devia competir preparar os estudos necessários e dar execução regulamentar às medidas referentes ao trabalho, em geral, entre outras as seguintes: contrato de locação de serviços e agências de colocação; duração do trabalho e salários; higiene e inspeção do trabalho; trabalho domiciliar; acidentes do trabalho e sua prevenção; aprendizagem e ensino profissional; trabalho comercial e agrícola; proteção ao trabalho das mulheres, dos menores e dos velhos; trabalho em indústrias especiais; proteção de direitos e economia dos operários; sociedades profissionais, educativas e de recreação; instituições benéficas e outras em favor dos obreiros; relações entre o Estado e as associações de classe, tanto em sua atividade externa quanto em sua organização intrínseca; conflitos no trabalho; greves, conciliação e arbitramentos; seguro operário em suas várias modalidades; assistência judiciária gratuita aos operários urbanos e rurais, no tocante às garantias do trabalho: intercâmbio de

trabalhadores; estudo das condições técnicas e da segurança nas indústrias do país e de acôrdo entre empregadores e empregados, nos casos de acidentes do trabalho.

Seria, também, da alçada do Departamento a organização do Museu Social; a organização de secretariados e de comissões de inquérito; a fiscalização permanente dos locais de trabalho; promover palestras públicas e a divulgação de conselhos relativos à educação física, profissional e intelectual dos obreiros; e providenciar afim de que nas fábricas, oficinas e demais estabelecimentos de trabalho se adotassem medidas concernentes à higiene e segurança dos operários contra acidentes e moléstias profissionais, em suas diferentes modalidades.

Concomitantemente, o meu projeto criava o Escritório Oficial de Informações e Colocação de Trabalhadores; instituiu os Conselhos de Arbitragem e as Juntas de Conciliação; organizava a Polícia Sanitária Industrial e de Proteção aos Trabalhadores; criava as Delegacias Regionais e as Juntas Municipais do Departamento do Trabalho nos Estados e no Território do Acre, e finalmente, o Conselho Superior do Trabalho, composto de 20 membros, sendo 5 eleitos pelas associações operárias, 5 pelas patronais, 5 diretores gerais e 5 especialistas designados pelo Governo.

Nota-se, entretanto, que o Conselho Nacional do Trabalho somente foi criado a 30 de Abril de 1923 e instalado a 23 de Agosto desse ano, isto é, cinco anos depois, com a declaração do eminente Ministro MIGUEL CALMON, de saudosa memória, de que

“Há muito se vinha ressentindo o nosso país da falta de um aparelho técnico, capaz de preparar a organização eficiente do trabalho nacional”.

Motivos, que me não cumpre apreciar, não permitiram, infelizmente, que a criação do Departamento fôsse feita, desde 1918, possibilitando largos inquéritos nos diferentes centros industriais do país, e a coleta de elementos estatísticos, tudo isso como meio prático e seguro de serem lançadas, gradativamente, em nossa terra, as bases da legislação trabalhista, alicerçada na meticulosa verificação de necessidades e como resultante de ponderada e serena colaboração, através de um órgão técnico e especializado.

Senhor Ministro.

A minha gestão, dado o caráter interino de que se revestia, aguardando a todo instante a nomeação do titular efetivo, não podia comportar a largueza de um programa de trabalho intenso. Entretanto, a minha permanência, à testa do Ministério não devia, por outro lado, constituir uma parada nos negócios da pasta, que reclamavam uma atuação pronta e vigilante de acôrdo com as próprias finalidades do já denominado "Ministério do Brasil Novo".

Tive, porém, a preocupação de agir com absoluta prudência, lealdade e sentido público, com prévia ciência ou autorização do Chefe de Estado, e tudo fazendo para que os meus atos se traduzissem em medidas norteadas pela ânsia infinita de bem servir ao Brasil e ao Presidente GETÚLIO VARGAS, pairando, sempre, a cavaleiro de quaisquer interesses contrários à coletividade.

Homem sincero, como sou, amigo da simplicidade e da clareza, simplicidade e clareza na palavra e na ação, eu me dispus a trabalhar seguindo à risca as instruções do Chefe do Governo, despido de artificios, alheio às promessas falazes e às miragens teóricas, só visando, com inteira honestidade de propósitos, realizações que correspondessem às suas finalidades práticas e imediatas, colhidas nas lições da experiência e nas observações cuidadosas, evitando, destarte, as palavras vazias de sentido ou desacompanhadas de fatos concretos.

Ante as dificuldades que embaraçavam os rumos traçados com firmeza, jamais recuei, desertei ou transigi. Procurei, ao contrário, enfrentá-las resolutamente e com destemor, porque eu assumi o cargo disposto a empregar tôda a minha atividade, todo o meu esforço, tôda a minha energia e o meu longo tirocínio das coisas públicas, para não desmerecer da confiança do Presidente GETÚLIO VARGAS, que nunca me recusou seu apoio franco e o prestígio indispensável ao exercício conciente de tão elevada e espinhosa missão.

Meus atos tiveram de obedecer a diretrizes disciplinadoras, de modo a elevar os elementos de atuação ao nível das exigências da política econômico-social do Governo e a libertar êste importante setor da administração do país de velhos preconceitos e rotinas

burocráticas, que entorpeciam a boa marcha dos processos.

Obediente a uma feliz tradição que encontrei, não permaneci neste gabinete ministerial senão o tempo indispensável às audiências e ao despacho do volumoso expediente, com o respectivo chefe e meus assistentes técnicos e cujo número de processos, apenas, no segundo semestre do corrente ano, atingiu a 14 000.

Procurei, tanto quanto possível, manter contacto direto com as entidades de classes; compareci às sedes de algumas delas; compartilhei das solenidades de posses de diretorias de outras, e atendi aos seus reclamos dentro da órbita do mais absoluto respeito aos dispositivos legais, sem criar situações de destaque ou privilégios, mantendo invariável equidistância entre os interesses dos empregadores e os dos empregados, aliás, encontrando em todos êles, é de justiça salientar, um campo comum de entendimentos elevados e de colaboração irrestrita, real e efetiva com o Governo.

Visitei, amiudadamente, os Institutos de Previdência Social, os departamentos e serviços subordinados ao Ministério, colhendo informes atinentes à marcha dos respectivos trabalhos, observando as falhas que precisavam ser corrigidas e tomando as resoluções condizentes com o seu equilíbrio funcional, calcado na competência e dedicação dos exercentes dos postos de comando.

Procurei, enfim, coordenar esforços dispersos e afastar desinteligências desconcertantes, no sentido de conseguir realizações eficazes, coerentes com os elevados objetivos que norteavam a minha conduta na interinidade da pasta.

Assim, afinando pelo mesmo diapásão de entusiasmo pela grandeza do Brasil, nestes quase sete meses, não me animou outro pensamento senão o de deixar neste Ministério um traço modesto, sim, todavia bem nítido de uma gestão calcada na realidade e voltada para o exame e o estudo dos diversos problemas técnicos e administrativos, que se me apresentaram, fazendo concluir alguns trabalhos anteriormente confiados a diferentes comissões, tomando a iniciativa de outros, graças a Deus levados a bom termo, e idealizando novos empreendimentos, sem me descurar da reestruturação da máquina administrativa, colimando ajustá-la convenientemente aos imperativos

categóricos da evolução processada no âmbito legislativo, considerando a carência de pessoal, a sua má distribuição pelos organismos do Ministério, o afastamento de funcionários especializados de seus postos por longo prazo, sem possibilidades de substituição, e, em certos casos, o próprio rendimento de trabalho em desproporção com as necessidades de serviço.

Balaceando essas atividades, poderei citar: a regulamentação do uso dos automóveis; a instituição da merenda e do copo de leite aos menores que se registaram no Departamento Nacional do Trabalho e dando melhor organização a esse serviço ainda incipiente; novas instalações ao Serviço de Assistência Social; a reorganização do Serviço de Alimentação da Previdência Social; a regulamentação do trabalho de menores, criando-se a competente carteira e expedindo-se as respectivas instruções; a centralização do material e filmes destinados às exposições e feiras nacionais e internacionais; a centralização dos serviços afetos às máquinas Hollerith; decreto relativo à Administração das Caixas de Aposentadoria e Pensões; decreto integrando os pescadores no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos; decreto concedendo o abono provisório aos operários; decreto modificando as atribuições do Conselho Nacional do Trabalho; decreto criando os cargos de substitutos dos procuradores dos Conselhos Regionais da Justiça do Trabalho; regulamentação das Delegacias do Trabalho Marítimo; decreto concedendo pensões e benefícios, no caso de morte presumida, aos herdeiros dos tripulantes dos navios brasileiros "Taubaté", "Atalaia" e "Santa Clara"; regulamentação do seguro de acidentes do trabalho dos marítimos; regulamentação das Sociedades Mútuas de Seguros; reorganização e instalação da Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho; representação da Delegação Brasileira junto à Conferência Internacional do Trabalho, reunida na América do Norte.

Paralelamente, inaugurei os ambulatórios do Instituto dos Bancários; a Delegacia Regional e o Serviço Médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; o 1.º Congresso dos Delegados-Eleitores do Instituto dos Industriários; autorizei as construções do edifício-sede e dos prédios das Delegacias do Instituto dos Comerciantes, em

São Paulo e Recife; autorizei a construção do edifício-sede do Instituto dos Marítimos; providenciei para que fôsse melhor aparelhado o Serviço de Identificação Profissional e designei uma comissão que ora estuda a completa remodelação desse Serviço; entreguei a uma comissão técnica o estudo relativo à implantação do seguro-doença e organização do plano geral de assistência médica nos Institutos de Previdência Social; promovi a coleta de dados informativos necessários à reorganização das Delegacias Regionais do Ministério; nomeei uma comissão para apresentar o projeto referente à arrecadação e aplicação do imposto sindical, visando facilitar o ensino prevocacional e a cultura física dos filhos dos sindicalizados; promovi junto às Intervenções Federais a cessão de terrenos destinados à construção de prédios para os Delegacias Regionais, Justiça do Trabalho, Comissões de Salário Mínimo e Restaurantes Populares; mandei organizar dois projetos-tipo para esses prédios; mandei iniciar os estudos pertinentes ao desdobramento do programa educativo do Serviço de Alimentação da Previdência Social; nomeei uma comissão, da qual fazem parte os representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Confederação Nacional das Indústrias, para estudar o projeto de reorganização do registro do comércio e do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, sob bases adequadas às necessidades públicas, sistematizando-o como iniciador, coordenador e estimulante da ação privada; ordenei que os Institutos apresentassem sugestões para a reorganização das Carteiras Prediais respectivas; adotei medidas concernentes à uniformização e controle da receita e despesa das Delegacias Regionais; determinei a simplificação dos serviços de protocolo; reconheci 480 sindicatos profissionais, que se adaptaram ao decreto-lei 1 402, expedí 344 cartas de reconhecimento e mandei proceder a rigorosa fiscalização nas Delegacias Regionais em Minas, S. Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Além disso, o Ministério fez-se representar na Feira Nacional das Indústrias, há pouco realizada em S. Paulo; está promovendo o registo industrial, a cargo do Departamento competente; contribuiu para a realização da Reunião de Normas Técnicas em S. Paulo; promoveu as reuniões da Comissão de Metrologia; providenciou para que fôsem liquidados os compromissos anteriormente assumidos pelo Serviço de

Alimentação da Previdência Social e pela antiga Comissão de Justiça do Trabalho; promoveu o comparecimento do Brasil à Feira de Toronto, no Canadá; liquidou os trabalhos a cargo da antiga Comissão da Feira de Nova York; estabeleceu o Plano de Contas-Padrão a ser adotado em todos os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, promoveu as eleições dos membros dos conselhos desses mesmos Institutos; providenciou a respeito da reorganização interna da Divisão do Pessoal, que ainda reclama medidas complementares; colaborou no projeto de regulamento sobre as atividades dos despachantes aduaneiros; organizou o projeto referente ao pagamento de anuidades aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura; organizou o projeto de melhoria de benefícios aos associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; tem em estudos o projeto regulando o serviço de capatazias e a movimentação de mercadorias em armazéns particulares; colaborou nos trabalhos da comissão encarregada de estudar o problema econômico da pesca; está colaborando na comissão incumbida dos estudos pertinentes à sindicalização das classes rurais; recomendou aos Institutos dos Marítimos a construção de casas para os pescadores e estava promovendo, junto à Divisão competente do Departamento Administrativo do Serviço Público, a organização de um curso de aperfeiçoamento destinado aos funcionários designados para chefia de serviços e para as funções de Delegados Regionais.

Valendo-me das magníficas instalações existentes na ilha das Flores, designei uma comissão para estudar seu aproveitamento, neste trimestre, em colônia de férias, destinada aos filhos dos operários sindicalizados, de 10 a 12 anos de idade, onde praticarão jogos infantís, ginástica, terão divertimentos vários, educação cívica, cinema, alimentação sadia, assistência médica completa, etc.

Na data máxima do Estado Nacional, o Sr. Presidente da República inaugurou o edificio-sede do Instituto de Estiva e a Vila Operária 10 de Novembro, na ilha do Governador. Este Ministério abriu concorrência para prosseguimento da construção do monumento que os trabalhadores vão erguer ao Chefe de Estado, na Avenida Getúlio Vargas.

Durante a minha interinidade, o Ministério do Trabalho recebeu as visitas honrosas do Ministro do Comércio do Canadá e do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, que vieram ao país em missão de amizade, de estudos e de intercâmbio comercial; promovi festividades cívicas na data consagrada à Bandeira Nacional, congregando os funcionários, os chefes de serviço e as entidades de classes no Palácio do Trabalho, nas sedes dos Institutos e Caixas e nas Delegacias Regionais nos Estados.

A 23 de Dezembro último promovi, pela vez primeira, no Palácio do Trabalho, a distribuição de leite e brinquedos a cerca de 3 000 crianças, filhos de associados da Previdência Social e dos contínuos do Ministério, festa de comovente confraternização e de emocionante piedade cristã.

Tudo isso se realizou sob o império da mais franca cordialidade entre dirigentes e dirigidos, cordialidade alicerçada ao máximo respeito hierárquico e acentuado espírito de colaboração de todos os funcionários desta casa, exemplos vivos de trabalho, ordeiro, disciplinado, honesto e eficaz, num ambiente sadio de vibração patriótica, solidários com o eminente Chefe da Nação, que vai propulso o país pela via larga da prosperidade.

Ingressando, há 32 anos, no cargo de Engenheiro Chefe do Núcleo Monção no Estado de S. Paulo, o meu esforço constante e a minha dedicação ao serviço público conduziram-me a outros postos no antigo Serviço de Povoamento, até atingir o de maior graduação na Diretoria Geral.

Exerci, ainda, várias comissões de grande responsabilidade, tais como as de Superintendente do Abastecimento Público, durante 6 anos; Superintendente dos Patronatos Agrícolas de Menores Desvalidos, durante 12 anos; Membro do Conselho Nacional de Trabalho, durante 6 anos; Membro do Conselho de Imigração e Colonização e da Comissão de Permanência de Estrangeiros, desde meados de 1938; Membro da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terra na Faixa da Fronteira, Membro da Comissão Organizadora do Ministério do Trabalho, Membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, Engenheiro Chefe da Construção do Hospital dos Servidores do Estado, Presidente da Comissão Construtora deste

Palácio, Membro da Comissão Permanente de Direito Social Internacional, Presidente da Comissão Regulamentadora das Profissões de Engenheiro e Arquiteto; Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5.^a Região; Delegado Técnico do Governo Brasileiro junto à Conferência das Migrações Colonizadoras em Genebra, tendo sido eleito para um dos cargos de relator geral; Conselheiro Técnico da Delegação Brasileira junto à Conferência Internacional do Trabalho reunida em Genebra, em 1938; Conselheiro Técnico junto à Conferência de Ministros da Fazenda, reunida em Montevideu, em 1939 e Membro da Comissão Organizadora da nova legislação sobre entrada de estrangeiros.

Agradeço, pois, ao Presidente GETÚLIO VARGAS, a grande confiança que me dispensou, designado-me para dirigir esta pasta e dilatando a minha interinidade por quase sete meses, proporcionando-me, assim, a oportunidade de focalizar vários problemas e de pôr em execução algumas medidas fundamentadas em meu longo tirocínio público, transcorrido em mais de três decênios.

Meus colegas e companheiros.

Atingindo, embora de forma passageira, as culminâncias deste cargo, volto à obscuridade de onde me alçou a benevolência do primeiro magistrado da Nação, encerrando, hoje, a minha vida administrativa.

Fiz esta prestação de contas, porque, mercê de Deus, regresso na consciência do dever cumprido, deixando no Ministério e no Departamento Nacional de Imigração, cuja diretoria geral esteve a meu cargo pelo espaço de 28 anos consecutivos, uma parcela de esforço construtor.

Levo dos distintos colegas, chefes de serviço e companheiros de trabalho, vinculados como estivemos sempre pelos mesmos ideais, as mais gratas recordações que tive em minha vida de funcionário.

A êles, ao Conselho Nacional do Trabalho, aos Presidentes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, aos sindicatos de classes, à imprensa, às sociedades representativas do comércio e da indústria, ao antigo Conselho Atuarial, ao Conselho Federal, aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, e aos Conselhos Regionais e Procuradores da Justiça do

Trabalho, aos sindicatos de engenheiros, núcleos, de mais viva e expressiva solidariedade social, meus agradecimentos sinceros e cordiais e minhas despedidas.

Formamos juntos pela última vez, porque o Sr. Presidente GETÚLIO VARGAS consentiu que eu pedisse a minha aposentadoria. É portanto, com o pensamento sulcado pelas emoções mais fortes, que eu desejo significar a valia de vossa colaboração e as palavras de estímulo, que nunca faltaram nos instantes mais difíceis de minha gestão.

Senhor Ministro: V. Ex. não encontrará neste gabinete expediente algum atrasado, para despachar. Tudo, aqui, está em dia e em absoluta ordem, como corolário da linha de conduta que eu e meus auxiliares diretos adotamos desde a primeira hora, buscando, dessa forma, atingir coeficientes de êxito em consonância com as responsabilidades assumidas.

Sendo este Ministério onde se processa a justiça social, entendi que a demora no solucionamento e decisão de assuntos submetidos ao Ministro importaria *ipso facto* em derrogação dessa mesma justiça ou na verdadeira anulação das leis protetoras das massas que produzem e que trabalham.

Senhor Ministro. A escolha de V. Ex. para titular da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, foi, sem dúvida alguma, feliz inspiração do Sr. Presidente da República.

Estadista, como é V. Ex. de profunda projeção no cenário nacional, com o espírito amadurecido sob os influxos de sólida cultura jurídica e possuindo imensa visão das questões sociais, industriais e comerciais que lhe são familiares, V. Ex. traçará, estou certo, novos e mais seguros rumos aos negócios deste Ministério, imprimindo-lhe o necessário impulso criador e dando à sua gestão, que hoje se inicia sob os melhores auspícios, o realce de seus méritos invulgares, pondo, enfim, ao serviço da Pátria, as forças de sua brilhante inteligência, justamente neste momento de duras realidades internacionais, que se estão refletindo nos problemas da economia e do trabalho, transmudando-os, dia a dia.

Ao Ministério do Trabalho, que traz a característica de empreendimentos sociais e econômicos de marcante projeção, está pois, assegurado plenamente um período de realizações proficuas,

prossequindo em sua marcha obediente a um espirito de atualidade, no sentido de ampliar e desenvolver, cada vez mais, seu campo de influência a outros setores, que ainda não puderam ser demarcados.

V. Ex. é recebido nesta casa com as mais justas simpatias e esperanças de seu funcionalismo, que ora acolhe sua prestigiosa personalidade com

expressões de intenso regozijo e cheio de fé nos altos destinos do Brasil.

É portanto, com o maior prazer que tenho a subida honra de passar às mãos de maior perícia a direção do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, que há de encontrar na pessoa ilustre do Sr. Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO, o executor perfeito e avisado da política econômico-social do grande Presidente GETÚLIO VARGAS".

I CONGRESSO PAN AMERICANO DE ENGENHARIA DE MINAS E GEOLOGIA

Na cidade de Santiago do Chile realizou-se, durante o mês de Janeiro último, o I Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia.

O certame reuniu na capital chilena geólogos e especialistas em assuntos mineralógicos de todos os países americanos, inclusive do Brasil, os quais tiveram oportunidade de debater oportunos assuntos constantes do temário anteriormente organizado e divulgado pela comissão organizadora do Congresso.

Os Estados Unidos da América do Norte estiveram também presentes na reunião por intermédio de uma comissão de geólogos composta dos Engs. F. HEWETT, C. W. WRIGHT, E. W. PEHRSON, W. D. JOHNSTON JR., G. B. COX, F. G. PARDEE e L. THOMPSON.

O Congresso teve como seu vice-presidente o Coronel JUAREZ TÁVORA, adido militar do Brasil no Chile, ficando resolvido que a segunda reunião tenha lugar nesta capital, devendo se reunir no ano próximo.

Os geólogos norte-americanos antes citados tendo viajado de Washington a Santiago ao longo do litoral do Pacífico da América do Sul, resolveram regressar servindo-se da zona do litoral Atlântico, escalando no Brasil onde se demoraram por algum tempo para realizarem estudos da matéria em que são especializados.

Acompanhados de técnicos do Departamento Nacional da Produção Mi-

neral, o Dr. DONNEL F. HEWETT, chefe da Divisão de Metais do Serviço Geológico Americano, especialista em manganês, e o Dr. ELMER W. PEHRSON, chefe da Divisão Econômica do Bureau Americano de Minas, organizador do *Mineral Year Book*, visitaram algumas minas do centro do Estado de Minas Gerais.

O Dr. CHARLES W. WRIGHT, antigo chefe da Divisão de Minerais Estrangeiros do Bureau Americano de Minas e atual chefe dos estudos sobre os recursos minerais de toda a América Latina permaneceu no Rio de Janeiro para combinar com as autoridades brasileiras o programa geral de trabalho aconselhado pelo Congresso de Santiago.

Os Drs. LESTER THOMPSON e WILLIAM D. JOHNSTON JR., que já realizaram anteriormente estudos sobre a geologia econômica do Brasil, demoraram algum tempo no nosso país, assim como o engenheiro FRANKLIN G. PARDEE, do Bureau Americano de Minas, que é o consultor em assuntos de geologia econômica da Embaixada dos Estados Unidos.

Numerosos outros geólogos, engenheiros de minas e metalurgistas norte-americanos estiveram no Brasil, onde realizaram estudos em colaboração com o Departamento Nacional de Produção Mineral, ao mesmo tempo que o Governo brasileiro está enviando técnicos nacionais para aperfeiçoarem os seus conhecimentos nas repartições públicas e universidades dos Estados Unidos.